



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10135 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

A SALA DE RECURSO COMO ESTRATÉGIA DE APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR NA REDE REGULAR: ANÁLISE DA OFERTA DE AEE EM SRM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BELÉM-PA

Angela Costa de Sousa - UFPA-PPEB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Amélia Maria Araújo Mesquita - UFPA - Universidade Federal do Pará

Resumo: O presente texto apresenta o recorte de uma categoria de análise de uma pesquisa do mestrado cujo tema é: as tecnologias assistivas como estratégias para a garantia da qualidade da inclusão de alunos com deficiência na escola regular. O objetivo deste texto é analisar se a ampliação da oferta do AEE em SRM no período de 2014 a 2019 atendeu às demandas do público-alvo da educação especial matriculado na rede municipal de Belém/PA. Este estudo foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa, valendo-se do levantamento bibliográfico e análise documental em relatórios da SEMEC-Belém/PA. Os dados revelaram que houve aumento significativo no quantitativo de salas de recursos multifuncionais implantadas na rede de ensino de Belém. Contudo, o crescimento da matrícula de aluno no AEE foi maior do que ampliação da oferta de SRM, sendo, portanto, insuficiente para suprir as necessidades do público atendido bem como dos professores, tendo em vista um atendimento de qualidade pedagógico-curricular.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Salas de Recursos Multifuncionais. Atendimento Educacional Especializado.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem sido formuladas e implementadas diversas políticas públicas para assegurar as condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos nas escolas regulares, resguardando o direito de todos à educação. A partir do ano de 2007, por meio do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (PISR), do Governo Federal, iniciou-se o processo de implantação das SRM nas redes de ensino dos estados e municípios, como estratégia para apoiar os sistemas públicos de ensino na organização e oferta do AEE, contribuindo, desse modo, para o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino (BRASIL, 2007).

Assim, a política de inclusão escolar em vigor em nosso país elegeu a Sala de Recurso Multifuncional (SRM) como espaço pedagógico privilegiado dentro da escola comum regular de ensino para o AEE de alunos público-alvo da educação especial, como forma de apoiar a inclusão escolar desse público na rede regular. Diante disso, a questão que subsidia essa investigação é: A ampliação do AEE em SRM na rede municipal de educação de Belém, no período de 2014-2019, atende às demandas do público-alvo da educação especial matriculado nessa rede?

O objetivo deste texto é analisar se a ampliação da oferta do AEE em SRM

no período de 2014 a 2019[1] atendeu às demandas do público-alvo da educação especial matriculado na rede municipal de Belém/PA. Este estudo foi realizado numa abordagem qualitativa tendo em vista que se buscou não só identificar o quantitativo de SRM implantadas, mas analisar o que esses dados representam para o processo de inclusão escolar nesta rede de ensino, buscando-se, portanto, o significado destes. Segundo Minayo (2009, p.22), a “abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados e esse nível de realidade não é visível, precisa ser exposta e interpretada, em primeira instância, pelos próprios pesquisadores”. A coleta de dados se deu por meio da pesquisa documental junto à Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC) no ano de 2020, obtendo-se o relatório da implantação de SRM; matrícula geral da rede e no AEE; tipos de deficiência atendidos na rede; Plano Plurianual do município de Belém (2013). Tais documentos foram lidos, organizados e sistematizados para análise de dados.

2 SALA DE RECURSOS: ESPAÇO DE APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR NA REDE REGULAR

A inclusão escolar, segundo Carvalho (2004, p.64), traduz uma aspiração antiga, compreendida como “educação de boa qualidade para todos e com todos buscando meios e modos de remover barreiras para a aprendizagem e para a participação dos aprendizes, indistintamente”. Nesse sentido, é necessário que o ingresso de alunos público-alvo da educação especial na classe regular seja acompanhado da oferta de serviços apoio à escolarização desses alunos. Deste modo, na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial é definida como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos, serviços e realiza o atendimento educacional especializado (AEE) de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos público-alvo da educação especial. Assim, o AEE deve ter oferta obrigatória pelos sistemas de ensino para apoiar o desenvolvimento dos alunos público-alvo da educação especial, em todas as etapas, níveis e modalidades, ao longo de todo o processo de escolarização. O acesso ao AEE constitui direito do aluno público-alvo da educação especial (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, na SRM propõe-se que a construção de conhecimentos pelos alunos ocorra por meio de um fazer pedagógico diferente daquele desenvolvido na sala comum, pois um dos objetivos do AEE é “prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes” (BRASIL, 2011). A implantação de salas de recursos nas redes de ensino é estratégia para possibilitar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação a complementação ou suplementação das aprendizagens adquiridas em seu processo de escolarização. A vista disso, entende-se que as salas de recursos são espaços projetados dentro das escolas públicas para auxiliar na efetivação do direito destes alunos a aprendizagem do conhecimento escolar.

Para Oliveira, Lima e Santos (2015) as SRM estão sendo implantadas nas escolas públicas, atendendo à legislação que normaliza a política de Educação Inclusiva na Educação Especial. Dessa forma, ocorre a ampliação das oportunidades ofertadas pelos serviços de apoio à inclusão escolar de educandos com deficiência. Tais salas estão localizadas na própria escola ou em outra escola de ensino comum e o atendimento é realizado no turno inverso ao da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns.

As políticas de educação inclusiva vigentes atribuem enorme importância à sala de recursos multifuncionais, um espaço pedagógico que muito contribui para efetivação da inclusão escolar na rede regular de ensino. Contudo, Pletsch (2020, p.63) afirma: que “inclusão implica a combinação de três elementos: 1) no desenvolvimento dos sujeitos; 2) na pluralidade cognitiva; e 3) na convivência com a diversidade cultural, numa escola/universidade com todos e para todos”.

Desse modo, a inclusão escolar deve ser composta por três elementos inseparáveis, a saber: acesso, aprendizagem e permanência. Para tanto, segundo Mendes (2006, p.402), faz-se necessário a “inserção de apoios, serviços e suportes nas escolas regulares” para apoiar a inclusão escolar, com suportes das salas de recursos multifuncionais.

3 A OFERTA DE SALAS DE RECURSOS NA REDE DE ENSINO DE BELÉM-PA

A rede de ensino de Belém tem implantado salas de recursos multifuncionais em escolas da sua rede de ensino. O quadro 1 a seguir evidencia o quantitativo de SRM implantadas no período de 2014 a 2019:

Quadro 1: Quantitativo de SRM implantadas na RME de Belém (2014-2019)

Anos	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Quantitativo de SRM	39	45	55	63	66	64

Fonte: Relatório NUSP/SEMEC, 2020.

Esse quadro demonstra que em 2014 existiam 39 salas de recurso implantadas, esse número saltou para 64 SRM em 2019. Tais dados revelam que houve aumento de 25 novas salas de recursos implantadas na rede de ensino de Belém nos últimos seis anos, representando um aumento de 64,1% em relação ao ano de 2014 quando a rede continha um total de 39 SRM. Diante desses dados, percebe-se que a rede de ensino de Belém vem executando a política de implantação de salas de recursos com a finalidade de estruturar as escolas desta rede de ensino para a oferta de serviços de apoio a escolarização de alunos com deficiência, como estratégia para garantir condições básicas para a permanência e progresso dos alunos público-alvo da educação especial em sua rede de ensino.

Quanto à meta da SEMEC de implantar, até o ano de 2017, salas de recursos multifuncionais em de 80% das escolas de sua rede de ensino^[2] (BELÉM, 2013), o quadro 2 a seguir, destaca o percentual alcançados:

Quadro 2: Percentual de escolas de Ensino Fundamental com SRM (2014-2019)

Anos	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Número de escolas de Ensino Fundamental	103	106	107	108	109	110
Total de SRM	39	45	55	63	66	64
Porcentagem de escolas de Ensino Fundamental com SRM na RME de Belém	37,8%	42,4%	51,4 %	58,3%	60,5%	58,1 %

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa, 2021.

Percebe-se que mesmo diante do aumento progressivo de salas de recursos

implantadas na RME de Belém nos últimos anos, ainda não se atingiu a totalidade das escolas que disponham desse espaço. Em 2014, apenas 37,8 % das escolas de Ensino Fundamental possuíam esse local. Já em 2019 esse percentual chegou a 58,1% de um total de 110 escolas. Esse aumento na oferta de SRM na RME evidencia que uma maior quantidade de alunos com deficiência está tendo acesso ao serviço de apoio à inclusão escolar na própria escola em que estudam.

Os documentos orientadores da educação inclusiva sinalizam que o AEE deve ser realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola (BRASIL, 2009). Mas, caso a escola onde o aluno está matriculado não possua esse serviço, o mesmo é encaminhado para uma escola polo ou ainda para outra escola mais próxima de sua residência. Acosta (2017, p.104) pondera que o serviço de AEE organizado em polos pode acarretar “obstáculos” e “empecilhos” para a frequência do aluno, além de dificultar a articulação entre os professores de AEE e professores das salas comuns.

Com relação ao quantitativo de alunos atendidos por salas de recursos, os dados revelaram que em 2014 a quantidade de alunos atendido por SRM era de 15,3 alunos e que no ano 2019 esse número passou para 24,7 alunos, revelando um aumento de 9 alunos a mais para serem atendidos nesses espaços. Diante disso, percebe-se que a demanda de matrícula de AEE tem crescido bem mais que a oferta salas de recursos multifuncionais na rede de ensino de Belém. Revelando, portanto, que as ações que a SEMEC tem empreendido para ampliar a oferta desse ambiente em sua rede de ensino, ainda não tem suprido suficientemente as necessidades da demanda de matrícula do AEE, que anualmente também tem aumentado, excetuando-se o ano de 2019, em que houve redução da matrícula no AEE.

Uma sala de recurso lotada tem implicações na qualidade do atendimento dos alunos e no trabalho do professor desse espaço. A esse respeito, Ramos e Barreto (2014, p.127) sinalizam que no AEE deve-se “prever um tempo para a realização do atendimento diretamente *com* o aluno na SRM” e um tempo para a organização de atividades “*para* o aluno”, que inclui elaboração do plano de atendimento do aluno e recursos didáticos pedagógicos, indicar e avaliar o uso de tecnologias assistiva, conversa com a família do aluno e articulação com os professores de sala comum.

CONCLUSÕES

Os dados revelaram que houve aumento significativo no quantitativo de SRM implantadas na rede de ensino de Belém, conseqüentemente, na oferta de AEE. Porém, esse aumento pode ser insuficiente para suprir as necessidades do público atendido bem como dos professores, tendo em vista um atendimento de qualidade pedagógico-curricular. Nesse sentido, os dados sinalizam a necessidade de investimento na implantação de SRM para que se possa ampliar a oferta do AEE neste lócus de aprendizagem.

Assim, a sala de recursos é um espaço essencial na efetivação do direito à educação aos alunos público-alvo da educação especial, como estratégia para apoiar o processo de escolarização dessa população específica na escola regular, contribuindo para que a escola pública se constitua como espaço de direitos, direito de ingresso, de aprendizagem e de permanência.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Priscila de Carvalho. **O uso da tecnologia assistiva para alunos com**

deficiências sensoriais em salas de recursos multifuncionais no município de Dourados-MS. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, 2017.

BELEM. Prefeitura Municipal de Belém. **Plano Plurianual (PPA 2014-2017), de 15 de maio de 2013.** Belém-PA, 2013.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília, 2007.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 04, de 02 de outubro de 2009.** Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. **Nota Técnica SEESP/GAB nº 10, de 07 de maio de 2010.** Orientações para a institucionalização da Oferta do AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Decreto Presidencial 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva:** com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista brasileira de educação**, v.11, n.33, p.387- 405, set./dez., 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa Social:** teoria, métodos e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; LIMA, Katia do Socorro Carvalho; SANTOS, Tânia Regina Lobato dos. A organização da sala de recursos multifuncionais em escolas públicas: espaço, tempo e atendimento escolar. **Revista Cocar**. Belém-PA, Edição Especial, n. 1, jan. /jul.2015.

PLETSCH, Márcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira? **Momento: diálogos em educação**, v. 29, n. 1, p. 57-70, jan./abr., 2020.

RAMOS, Eliane de Souza; BARRETO, Lília Maria Souza. O atendimento educacional especializado e a tecnologia assistiva: novas perspectivas para o ensino inclusivo. **Revista Gestão & Conexões**, Vitória (ES), v. 3, n. 1, jan./jun. 2014.

[1] A escolha desse recorte temporal se deu em razão de 2014 ter sido o ano de aprovação do Plano Nacional de Educação, cuja Meta 4, prevê universalizar o acesso à Educação Básica e ao AEE para o público-alvo da educação especial na faixa etária de 4 a 17 anos.

[2] As instituições de Educação Infantil não possuem sala de recursos multifuncionais e, por isso, não foram consideradas.